

Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã¹

From the Retake of the Land to the Invention of the Territory: the Beginning of Naô Xohã Indigenous Land

Frederico Canuto & Thiago Barbosa de Campos*

Resumo

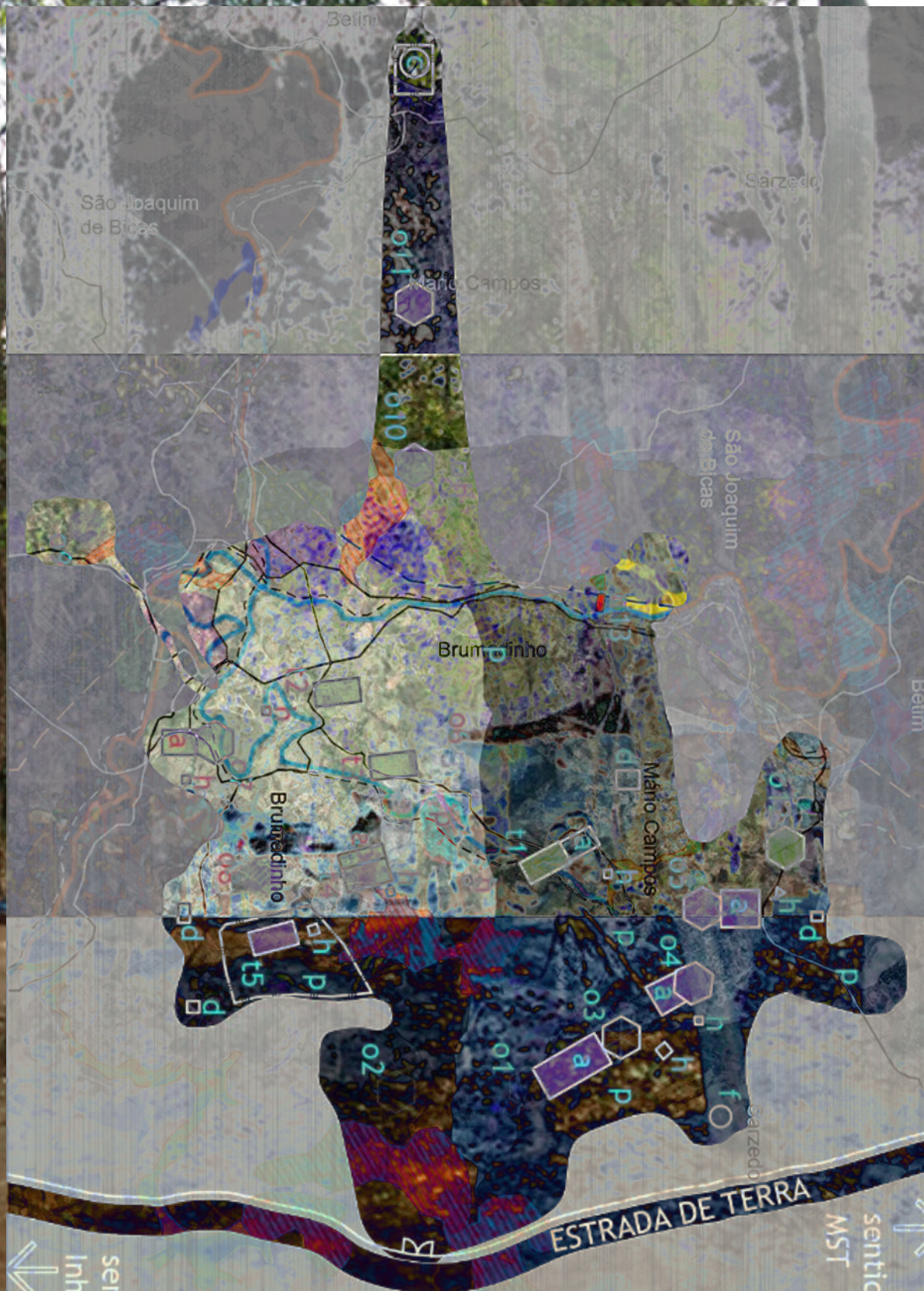
Este trabalho é fruto de pesquisa sobre as práticas socioespaciais de um grupo indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Minas Gerais, com foco no processo recente de ocupação / retomada de terras e recém-criação da aldeia Naô Xohã no município de São Joaquim de Bicas, em outubro de 2017. A pesquisa, ainda em andamento, tem usado como fontes visitas à aldeia, conversas informais, entrevistas e produção de mapas do território ocupado. Temos buscado compreender de que forma os indígenas produzem seus espaços traçando um histórico de suas trajetórias, mapeando suas relações de parentesco e compreendendo suas estratégias para sobrevivência fora da terra indígena demarcada. O trabalho relata ainda as influências de outros agentes no contexto da Naô Xohã, como a FUNAI, a ONG Teto, que construiu cinco habitações temporárias para a aldeia e, por fim, a mineradora VALE, que passou a ter forte influência na produção do espaço da aldeia devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela empresa, que devastou o Rio Paraopeba, que passa às margens da terra na qual se instalaram os indígenas.

Palavras-chave: Indígenas em contexto urbano; retomada de terras; ocupação urbana

Abstract

This work is the result of an ongoing research on the socio-spatial practices of an indigenous group in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, focusing on the recent process of land occupation/retake and the newly created Naô Xohã territory in São Joaquim de Bicas, in October 2017. The research has used as sources visits to the place, informal conversations, interviews and map production of the occupied territory. We have sought to understand how indigenous people produce their spaces by tracing a history of their trajectories, mapping their kinship relationships and understanding their strategies for survival outside demarcated indigenous land. The work also reports the influences of other agents in the context of Naô Xohã, such as FUNAI, the NGO Teto, which built five temporary housing for the village and, finally, the mining company VALE, that had a strong influence on the production of the space due to the breach of the dam of the Córrego do Feijão mine, operated by the company, which devastated the Paraopeba River, which runs along the banks of the land where the indigenous people settled.

Keywords: Indigenous in urban context; retake of the land; urban squattings



Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisa sobre as práticas sócio-espaciais de um grupo indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Minas Gerais, com foco no processo recente de ocupação (que, para eles, é chamado de retomada) de terras e a recém-criação da aldeia Naô Xohã no município de São Joaquim de Bicas, em outubro de 2017. A pesquisa em andamento tem usado como fontes visitas à aldeia, conversas informais, entrevistas e produção de mapas do território ocupado. Temos buscado compreender de que forma os indígenas produzem seus espaços, traçando um histórico de suas trajetórias, mapeando suas relações de parentesco e compreendendo suas estratégias para sobrevivência fora da terra indígena demarcada. O trabalho relata ainda as influências de outros agentes no contexto da Naô Xohã, como a FUNAI, a ONG Teto, que construiu cinco habitações temporárias para a aldeia e, por fim, a mineradora VALE, que passou a ter forte influência na produção do espaço da aldeia devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela empresa, que devastou o Rio Paraopeba, que passa às margens da terra na qual se instalaram os indígenas.

Na primeira parte do trabalho tratamos de contextualizar o objeto de pesquisa. É apresentada e justificada nossa motivação inicial, a saber, a intenção de compreender formas de produção do espaço na cidade por grupos indígenas a partir de uma visão “de dentro”, numa pequena escala e em contato próximo e constante com estes, ainda que se saiba que processos resultantes de outras escalas interferem decisivamente neste espaço especialmente após o rompimento da barragem anteriormente mencionado. Nesta parte apresentamos definições e conceituações próprias deste tipo de abordagem, tendo como base trabalhos de cientistas que tratam sobre a produção do espaço em contextos urbanos e a relação pesquisador e grupos.

Na segunda parte, é exposto um panorama histórico da relação com o território por parte dos chamados “índios do Nordeste”. Com base no trabalho do antropólogo João Pacheco de Oliveira, mostramos como processos de territorialização sofridos ao longo dos últimos séculos culminaram em um modo de vida particular de tal grupo indígena. Ainda nessa parte, aprofundamos no entendimento da situação de indígenas que vivem para além das terras indígenas demarcadas, tomando como base o trabalho do antropólogo Luis Roberto de Paula.

Na terceira parte do artigo, são detalhados os métodos utilizados nesta pesquisa, mostrando como têm se dado os trabalhos de campo e a sistematização dos dados levantados.

Na quarta e última parte, apresentamos o estudo de caso que trata da inserção de grupos indígenas na RMBH e da produção do espaço na aldeia Naô Xohã em seus dezoito meses de existência, buscando ainda relacionar o estudo de caso com o contexto mais amplo em que se insere.

Sobre a produção do espaço

Partimos do pressuposto de que os espaços nos quais se dá a vida humana cotidianamente estão intrinsecamente relacionados com as relações sociais em termos de produção. Tendo como base o trabalho do filósofo marxista Henri Lefebvre (2006) e de geógrafos brasileiros que tratam da produção do espaço na contemporaneidade a partir do mesmo (SOUZA, 2013 e 2016, CORRÊA, 2016), consideramos que o espaço é *produto* e também *produtor* das relações sociais. Assim, adotaremos o entendimento de que *produção do espaço* passa não somente pela criação de bens materiais (móveis ou imóveis), mas também pela produção simbólica de relações de poder, de relações sociais, de aspectos culturais e ideológicos. Sendo assim, o termo *produção do espaço* pode se referir:

[...] tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônimo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas (que, em alguns casos, desafiarão explicitamente o status quo heterônimo) (SOUZA, 2013, p.42).

No contexto das grandes cidades e metrópoles brasileiras, diversos são os agentes sociais, dotados de diferentes interesses e estratégias, que agem na produção do espaço. Corrêa (2016) aponta que os principais são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Esses diversos agentes, com ou sem capital, entram constantemente em conflito em torno da produção do espaço nas cidades.

Para melhor compreensão de como tem se dado a (re)produção do espaço no contexto das cidades e os conflitos que daí resultam, os autores destacam a importância de pesquisas que aprofundem o conhecimento das práticas espaciais de diferentes atores sociais. Corrêa (2016) aponta que deve ser dada atenção ao estudo das práticas espaciais vernaculares, e não somente daquelas desenvolvidas por poderosos grupos capitalistas. Souza (2016) defende que estudos aprofundados de ações quotidianas, tendo como base a escala local ou “nanoterritorial”, têm o potencial de apontar novas possibilidades de relações sócio-espaciais para além o modelo heterônomo e de grande desigualdade que prevalece em nossa sociedade.

A prática espacial aqui investigada, a dos indígenas da aldeia Naô Xohã, é um exemplo de *prática espacial vernacular* desenvolvida por um grupo social excluído e que, como veremos mais à frente, tem entrado em conflito com outros agentes.

Panorama histórico dos “índios do Nordeste”

Neste tópico trataremos das transformações na relação de povos indígenas com seus territórios, ocorridas ao longo da história de formação no Brasil, e como acarretaram em transformações significativas em seu modo de vida. Focaremos no grupo que João Pacheco de Oliveira (2016) nomeia “índios do Nordeste”, já que os envolvidos na aldeia Naô Xohã daí descendem.

Oliveira destaca que os índios do Nordeste estiveram envolvidos em dois processos distintos de *territorialização*, o primeiro associado às missões religiosas e o segundo, relacionado à agência indigenista oficial. O autor define *territorialização*, como “uma intervenção da esfera política que associa, de forma prescritiva e insofismável, um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.204).

O primeiro processo de territorialização ocorreu quando foram criados os aldeamentos impostos pelos missionários, nos quais foram sedentarizadas, em um mesmo espaço, famílias nativas de origens, línguas e culturas diversas. Ali os indígenas foram homogeneizados pelo processo de catequese e disciplinamento

do trabalho e mantidos distantes das principais cidades e empreendimentos agrários coloniais. Ao fim desse processo, já no século XIX, aqueles que pretendiam incorporar de vez os povos indígenas a uma suposta integridade nacional, passaram a se referir aos índios dos aldeamentos com o estigma de índios “misturados”, de forma negativa, desqualificando-os quando em comparação com os índios “puros” do passado.

O segundo processo de territorialização ocorre já no século XX quando são implantados postos indígenas em diversas áreas do Nordeste e terras são demarcadas e destinadas pelo Estado às populações atendidas configurando as Terras Indígenas (TI). Como mostra Oliveira, esse processo levou à consolidação de uma sociedade de base territorial fixa, e acabou por instaurar um modo de vida próprio àqueles que habitavam as reservas indígenas, tomadas como “um objeto demarcado cultural e territorialmente”.

Dentre as mudanças acarretadas, destaca-se a necessidade de uma nova estrutura política especializada, representada pela figura do *cacique*, que deveria representar a população de sua terra junto ao agente indigenista local, este responsável por distribuir os benefícios provenientes do Estado. No âmbito das manifestações culturais, surge a necessidade de afirmação de uma identidade étnica diferenciadora com relação ao contexto regional em que se inseriam as TI com o propósito de garantir a autenticidade indígena dos grupos e, por consequência, garantir direitos como a posse da terra e o recebimento dos benefícios e tutelas. Em suma, passou a ser preciso *desnaturalizar a mistura* ocorrida ao longo dos últimos séculos. Nesse processo consolida-se também a dependência das ações tutelares advindas do Estado.

Veremos mais adiante, no estudo de caso, como o modo de vida e de relação com o território dos índios do Nordeste, que se consolidou historicamente, pode ser percebido nas ações dos indígenas da aldeia Naô Xohã e em sua relação com o território no contexto da RMBH.

Direitos indígenas para além das terras demarcadas

Aqui tomamos como base o trabalho do antropólogo Luis

Roberto de Paula (2017). O autor enfatiza que, durante o século XX, muitos povos indígenas, juntamente com apoiadores e indigenistas, travaram inúmeras lutas para conter a dizimação de suas terras e populações e acabaram por conquistar uma série de direitos diferenciados como a regularização fundiária, o sistema de saúde e educacional, a gestão ambiental, a fiscalização de terras indígenas, dentre outros. Apesar das importantes conquistas, 42% da população indígena atual do país não é atendida plenamente pelas políticas públicas específicas e diferenciadas existentes. Isso porque o atendimento a essas políticas está vinculado à comprovação, junto ao Estado, do pertencimento a uma terra indígena demarcada.

O alto contingente de indígenas não atendidos por tais políticas públicas se explica, em grande parte, pelo grande número de indígenas que vivem atualmente fora de terras demarcadas. Dados divulgados pelo IBGE mostram que está consolidada sua presença em contexto caracterizado pelo órgão como *urbano*. Estudo com base nos dados coletados pelo Censo em 2010 demonstra que entre as mais de 896 mil pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil, 36,2% encontravam-se em área urbana. (FERREIRA et al., 2012)

Migrações de indígenas para cidades são constantes e têm motivações diversas, estando entre as principais, a necessidade de obtenção de renda, a busca por educação formal e letramento e o atendimento qualificado na área de saúde. As condições de vida fora de terras indígenas são marcadas por situações de vulnerabilidades socioeconômicas como informalidade no trabalho; acesso à saúde, educação, transporte e moradia precários e imersão em contextos de preconceito e violência étnico-racial. Na maioria das vezes, as esferas públicas estão despreparadas para lidar com tais questões, seja na esfera municipal, estadual ou federal (DE PAULA, 2017).

Devido às difíceis condições de vida e ao desamparo em que se encontram, povos indígenas estão constantemente em luta pela afirmação de direitos e têm diversificado suas estratégias de sobrevivência para além das TI. O estudo de caso que apresentaremos na sequência investiga as práticas espaciais de alguns grupos indígenas na RMBH e mostrando uma dessas novas estratégias: a *retomada de terras*.

Métodos de pesquisa

Os métodos utilizados nesta pesquisa foram a observação participante, as entrevistas narrativas e a produção de mapas. Iniciamos o acompanhamento das atividades de alguns indígenas em maio de 2017, através do grupo de extensão Morar Indígena[2], que iniciava sua atuação em Belo Horizonte. Por um período de dois anos acompanhamos 23 atividades entre reuniões internas e eventos que os indígenas promoveram na cidade. Fizemos parte do canal de comunicação do grupo no WhatsApp, tivemos acesso a atas de reuniões e realizamos conversas em particular com alguns indígenas. Assim que a aldeia Naô Xohã foi iniciada, passamos a realizar visitas ao território indígena, totalizando 16 visitas ao longo de seus dezoito meses de existência. Nas visitas acompanhamos atividades cotidianas, realizamos conversas informais, promovemos debates sobre o espaço da aldeia, acompanhamos a atuação de agentes externos e coletamos informações para produção de mapas. Após ter estabelecido relações mais estreitas com os moradores, realizamos entrevistas com 14 indígenas. Como método para as entrevistas, elucidamos os temas principais de interesse da pesquisa e incentivamos que os entrevistados criassem narrativas de forma espontânea, trazendo à tona os temas que julgassem relevantes. Entrevistamos também o historiador e atual agente indigenista da regional MG/ES da FUNAI, Pablo Camargo, que tem acompanhado a Naô Xohã e orienta atividades de indígenas da RMBH há duas décadas. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Por fim, produzimos os mapas da evolução do uso do espaço na escala da aldeia e mapas em escala regional, contextualizando sua inserção.

Estudo de caso: indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do país, com cerca de dezoito milhões e meio de habitantes segundo dados divulgados pelo IBGE com base nos dados do Censo de 2010. De acordo com os mesmos dados, cerca de trinta e duas mil pessoas se autodeclararam indígenas no estado.

Estimativas do CEDEFES[3] apontam que quatorze etnias vivem

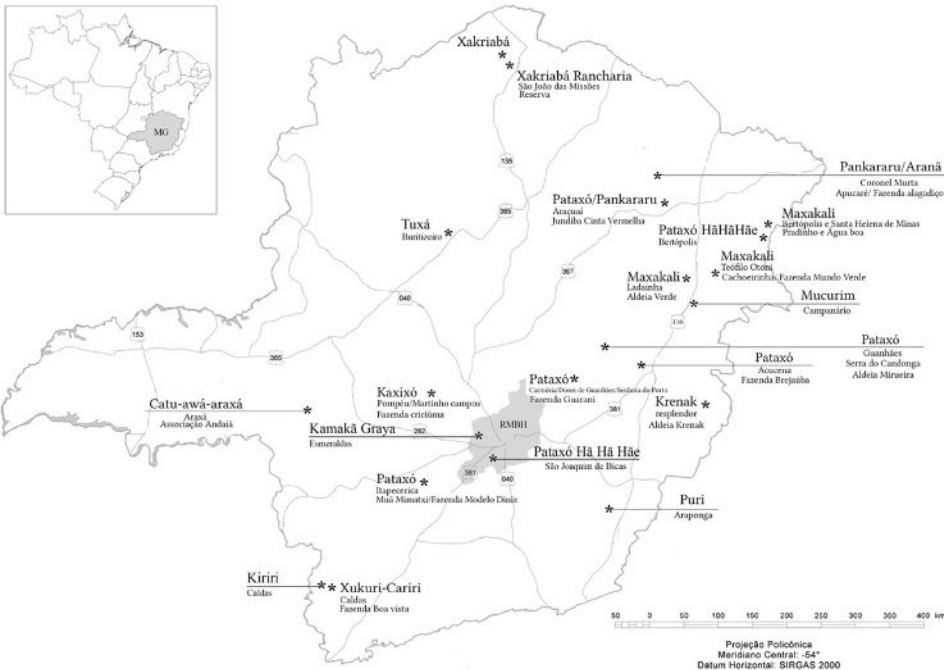


Figura 01: Mapa com etnias indígenas em Minas Gerais com base em estimativas do CEDEFES. **Fonte:** Thiago Campos e Grupo Morar Indígena (EA-UFGM).

atualmente em Minas Gerais contando com aproximadamente quinze mil indivíduos aldeados. São elas: Aranã, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Mucuriñ, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Puris, Tuxá, Xacriabá, Xukuru-Kariri (CAMARGO & LIMA, 2019). Os dados do IBGE mostram ainda que uma parte considerável dos autodeclarados indígenas no estado vivem nos centros urbanos, seguindo a tendência mostrada anteriormente para a situação no país.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, instituída em 1973, é a terceira maior do país e é composta atualmente por trinta e quatro municípios. Trabalho que analisa os dados do Censo de 2010 (FERREIRA et al., 2015) mostra que a RMBH contava com quase oito mil indígenas, presentes em vinte e quatro municípios da região. Revela ainda que, no geral, essa é uma população pobre, com baixa escolaridade, com trabalhos precários e sem a devida assistência previdenciária. O mesmo estudo aponta que Belo Horizonte concentra 51,54% da população total indígena da RMBH.

Práticas espaciais: A ideia da retomada

Não existem dados precisos de quando se iniciou a chegada de indígenas à RMBH. Depoimentos de indígenas da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe mostram que alguns de seus familiares chegaram na região na década de 1980. Pablo[4], agente indigenista da FUNAI, conta que no início dos anos 2000 trabalhou em apoio a etnias que começaram a se articular para reivindicar melhorias de suas condições de vida junto ao poder público, no entanto

acabaram não obtendo avanços. Alguns anos depois novas lideranças indígenas surgiram fazendo com que, durante a última década, algumas ações tenham se consolidado, como apresentaremos a seguir.

Identificamos um grupo que tem se destacado na luta para legitimar a presença indígena na RMBH. Suas lideranças são indígenas que afirmam ter parentesco com aldeados, porém viveram durante toda sua vida fora de uma TI. Estão inseridos no contexto da cidade, possuindo residência, emprego e renda fixa. Fundaram, em 2012, o Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas (CMACI) unindo seus esforços aos de alguns apoiadores não indígenas. O comitê se articula através das redes sociais e ocasionalmente realiza reuniões em espaços públicos da cidade. Sua demanda principal junto ao poder público é a criação de um centro de referência que possa receber indígenas em trânsito, divulgar a cultura e servir à comercialização de artesanato e que contribua no combate à discriminação e à repressão policial sofridas nas ruas das cidades. Pleiteiam ainda melhorias no atendimento à saúde, acesso à educação e a efetivação dos direitos específicos e diferenciados garantidos na constituição de forma a abarcar os indígenas que vivem nas cidades.

Identificamos ainda ações de outros grupos indígenas que têm adotado um novo caminho na tentativa de superar as dificuldades enfrentadas na RMBH: a busca por terras desocupadas, visando fundar novas aldeias e reivindicar sua demarcação, ação que os próprios indígenas denominam como *retomada*. Tendo como pano de fundo a relação assimilacionista de um passado distante e anti-assimilacionista nas últimas décadas, entende-se por que se gestou um embate de linguagem pelos indígenas ao definirem sua nova terra: não uma *ocupação*, mas uma *retomada*. Um paradoxo que merece ser colocado em análise.

A história dos indígenas “descobertos” pelo homem branco no Nordeste e Sudeste se caracteriza espacialmente por um momento diaspórico, visto que são expulsos de sua terra por latifundiários, grileiros e mesmo pelo Estado nos primeiros séculos da invenção da nação brasileira. Sendo retirados das terras onde habitavam – que não eram suas, porque a ideia de propriedade privada é elemento jurídico ou lei do homem branco – veem-se hoje desterrados. Os indígenas estão apenas lutando pelo lugar que sempre foi onde moraram – mas que não lhes pertence. Nesse entre lugar entre o mundo do branco e o mundo

indígena ocupado pela FUNAI, a ideia de demarcação vem justamente para criar um lugar paradoxal: dar a terra aqueles que nunca precisaram tê-la.

Figura 2: Mapa localizando as aldeias Kamakã Graya e Naô Xohã na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Fonte:** Thiago Campos



Duas retomadas acontecem atualmente na RMBH. A primeira é a Aldeia Kamakã Graya, iniciada em janeiro de 2017, no município de Esmeraldas, a dois quilômetros de distância do Rio Paraopeba, onde quinze famílias ocupam parte da Fazenda Santa Tereza, uma das três fazendas da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM), local abandonado pela instituição. A segunda, objeto de análise deste trabalho, é a Aldeia Naô Xohã, iniciada em outubro de 2017, no município de São Joaquim de Bicas, às margens do Rio Paraopeba, por indígenas de etnias diversas.

A ideia de iniciar a aldeia Naô Xohã partiu de indígenas da etnia

Pataxó Hã-Hã-Hãe que nasceram e viveram parte da vida na TI localizada na enseada de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia. A maioria dos chefes dessas famílias possuem entre 20 e 30 anos. Num primeiro movimento migratório, vieram para Belo Horizonte, já que as condições de vida na aldeia de origem se tornaram difíceis, por não mais conseguirem obter renda suficiente com a venda de artesanato. Segundo relatam, chegando à cidade encontraram condições ainda mais difíceis de sobrevivência: mais uma vez dificuldade de gerar renda suficiente com a venda de artesanato[5] para arcar com os custos de vida, além do preconceito e a violência sofridos que lavaram à crescente sensação de insegurança.

Outro grupo envolvido na Naô Xohã é composto por famílias da etnia Pataxó que perderam a conexão com sua TI de origem há décadas. No geral, os chefes de família desse grupo são mais velhos quando comparados aos Pataxó Hã-Hã-Hãe, possuindo mais de 50 anos de idade. Possuem parentesco com os Pataxó Hã-Hã-Hãe que, logo no início da retomada, convidaram-nos para participar. Disseram ter como motivações para sair de Belo Horizonte o alto custo de vida além da intenção de experimentar uma forma de viver distinta da que mantinham na cidade. A principal diferença entre os dois grupos é que os Pataxós Hã-Hã-Hãe almejam retomar o modo de vida que já praticavam em suas aldeias de origem, enquanto os Pataxó se encontram num processo de (re)invenção de sua indianidade, perdida no passado distante.

Além desses dois grupos, participaram também indígenas ligados ao CMACI, pertencentes a outras etnias. Já estabelecidos no contexto da RMBH, optaram por não se mudar para a aldeia, porém apoiaram de perto a aldeia desde sua fundação, por se solidarizarem com os moradores e enxergarem a retomada como uma forma de fortalecimento da causa indígena.

O local foi escolhido após um indígena apoiador e um Pataxó Hã-Hã-Hãe tomarem conhecimento da existência de um terreno com mata preservada, contíguo a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de São Joaquim de Bicas. A área, que é um fragmento de Mata Atlântica, fica a 53 quilômetros do centro de Belo Horizonte, e está na margem esquerda do Rio Paraopeba. Ao visitarem o local, abriram diálogo com lideranças do MST e essas informaram que o terreno havia pertencido a uma mineradora que decretara falência e, em desuso, não cumpria sua função

social, por isso o ocuparam. Apoiaram os indígenas e acordaram os limites entre a ocupação sem-terra e a retomada.

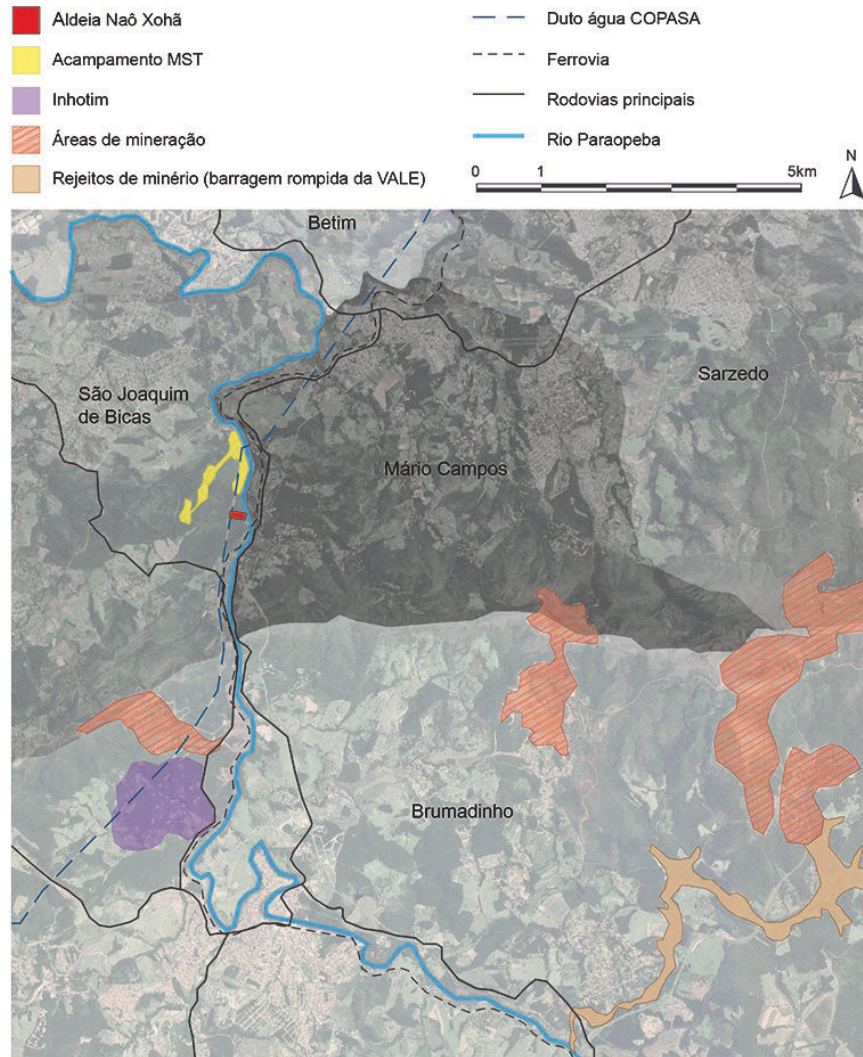


Figura 3: Mapa com contexto regional de inserção da aldeia Naô Xohã. **Fonte:** Thiago Campos sobre imagem aérea do Google Earth

Figura 4: Foto do acampamento para início da Aldeia Naô Xohã em novembro de 2017. **Fonte:** Célia Gonçalves Pereira

de renda e acesso a serviços como o atendimento a saúde e educação.



Produção do espaço na aldeia Naô Xohã: antes da Barragem - a invenção da retomada

A retomada teve início em outubro de 2017, assim que alguns indígenas acamparam no terreno. Daí em diante passaram a se revezar no acampamento para manter presença constante no local, deslocando-se entre a cidade e a aldeia enquanto trabalhavam para melhorar a estrutura e criar as condições de permanência.

Durante os primeiros meses, poucas famílias conseguiram se manter regularmente na aldeia, devido principalmente às condições precárias dos primeiros abrigos construídos, às dificuldades de resistir ao período chuvoso e à falta de água e alimentos. Para construção das habitações, ou *ocas*, como os moradores denominam, foram usados materiais disponíveis na mata em conjunto com materiais que lhes foram doados. Definiram que todas as construções teriam formato arredondado, padrão utilizado nas aldeias da Bahia. Em janeiro de 2018, havia apenas uma oca coberta, além de estruturas em construção para outras duas.



Figura 5: Foto da aldeia Naô Xohã em agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos

Nos primeiros meses de 2018, já tendo passado o período de chuvas e devido às doações arrecadadas, as condições de permanência melhoraram um pouco. Por intermédio de algumas lideranças, passaram a receber alimentação, remédios, materiais de construção, utensílios, equipamentos domésticos, botijões de gás, colchões, roupas de cama, vestuário, fraldas, dentre outras doações.

Em junho de 2018, técnicos da FUNAI da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo visitaram o local com a finalidade de realizar a *qualificação*[6] da aldeia. As lideranças definiram como cacique um indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe.

Nesse momento, uma das dificuldades era a falta de água potável. Precisavam caminhar alguns quilômetros para buscar água, trazida em baldes. Em agosto um indígena Pataxó planejou instalar um sistema para coleta de água a partir de uma rede da Copasa[7], que passa próximo à aldeia. Apoiadores ligados ao CMACI arrecadaram doações e compraram o material. O indígena executou a instalação que passou a abastecer uma caixa d'água, além de um banheiro e uma fossa.

Nos meses de setembro e outubro, houve um crescimento considerável no número de ocas e moradores, possibilitado tanto pela chegada da água tratada como pelo recebimento de uma doação do CIMI[8], também por intermédio das lideranças indígenas, no valor de R\$4.760,00, destinado à compra de

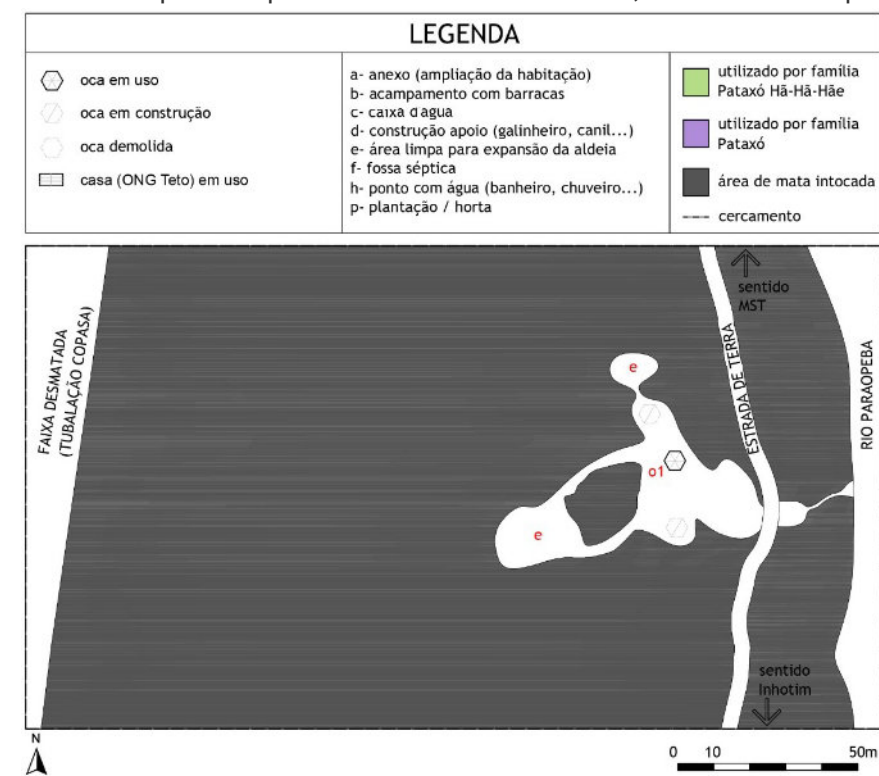
Figura 6: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

materiais de construção.

Em novembro e dezembro, as lideranças conseguiram apoio da ONG Teto[9], que construiu cinco moradias na aldeia. Apesar do formato e dos materiais utilizados nas casas, classificados como “fora da cultura”, os indígenas optaram por construí-las para resolver o problema imediato de falta de moradia, e pretendem removê-las futuramente. Com isso mais indígenas passaram a permanecer no território.

No entanto, nos últimos meses de 2018, com o retorno do período de chuvas, as condições de vida na aldeia voltaram a piorar. Muitas pessoas adoeceram, dentre elas muitas crianças. Sem nenhum suporte no atendimento à saúde, algumas famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe decidiram deixar a aldeia, sendo que duas das casas construídas pela ONG não chegaram a ser ocupadas pelos contemplados. Os desistentes alegaram ainda que a distância impossibilitava o acesso das crianças à escola, e decidiram voltar a se fixar na cidade. Dentre os desistentes estava o cacique e, por isso, no início de janeiro de 2019, a função foi assumida por seu irmão. As lideranças definiram ainda uma vice cacique, indígena da família Pataxó.

Até esse momento, o que tínhamos era uma comunidade com população flutuante, em que em diversos momentos se fragmentou de tal forma que o desaparecimento dessa retomada parecia prestes a acontecer. Porém, ao mesmo tempo,



tais dificuldades foram colocando a prova o sentido de aldeia e povo que as etnias foram tentando construir segundo uma estratégia de amalgamento étnico.

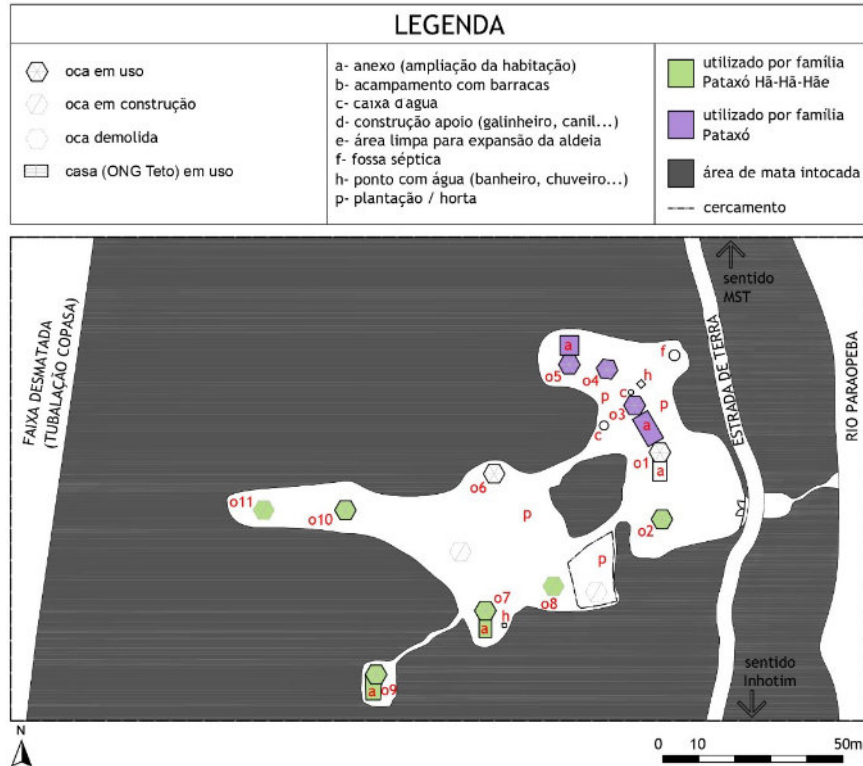


Figura 7: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. **Fonte:** Thiago Campos.

A troca inesperada de cacicado, a flutuação pendular entre Belo Horizonte e a aldeia, a dificuldade de construção de uma estrutura mínima apontam para uma prática sócio-espacial caracterizada por uma organização social e política ainda precárias entre os habitantes. No que diz respeito à divisão de responsabilidades, muitos não conseguem se colocar; o cacique é autoridade, mas não conseguia se responsabilizar por todos devido a precariedade das condições. No entanto, há de se ter em mente que esse é o caminho para a construção de uma aldeia: reconstruir laços destruídos por uma história de diásporas, migrações e violências.

Produção do espaço na aldeia Naô Xohã: depois da Barragem – da retomada à ocupação

Após a retomada passar por momentos de indefinição, ocorreu o improvável. No dia 25 de janeiro de 2019 deu-se um desastre de enormes proporções, o rompimento da barragem de rejeitos de mineração operada pela empresa Vale S.A., localizada na região de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. Classificado como *crime*, já que foi comprovado que a empresa tinha ciência do risco de rompimento, o ocorrido deixou centenas de mortos[10] e tem gerado enormes impactos socioambientais ao longo do curso dos rios atingidos[11]. Foram liberados cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério atingindo o rio Paraopeba, contaminando inclusive o trecho que passa pela Naô Xohã, a cerca de 25 quilômetros do local do rompimento.

A partir de então, a aldeia ganhou visibilidade na mídia, com dezenas de reportagens que chamaram a atenção para sua existência, o que fez com que se intensificasse a circulação de pessoas no local. Repórteres, representantes da mineradora Vale, do Ministério Público Federal (MPF), da FUNAI, apoiadores e pessoas ligadas a entidades filantrópicas passaram a frequentar a aldeia.

As mudanças na configuração sócio-espacial da Naô Xohã se aceleraram. O número de pessoas vivendo no local aumentou consideravelmente com a chegada, em fevereiro, de indígenas Pataxó da aldeia Imbiruçu[12], que permaneceram cerca de um mês para auxiliar no diálogo com a Vale. Indígenas apoiadores ligados ao CMACI entraram em desacordo com lideranças da Naô Xohã e interromperam seu apoio à aldeia. A mineradora Vale, como medida emergencial, passou a doar diariamente grande quantidade de água mineral e alimentos. Intervenções imediatas no espaço foram promovidas pela mineradora: foram fornecidas lonas e madeirites, utilizados para vedação da maioria das casas e ocas e disponibilizado material e mão de obra para instalação de uma caixa d'água de 10.000 litros e uma nova rede de abastecimento de água tratada, além do cercamento parcial do território.

Devido às melhorias geradas pelas intervenções da Vale e às negociações em andamento, sobre o pagamento de salários indenizatórios aos moradores, mais famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe decidiram se fixar na aldeia, inclusive a do antigo cacique, que acabou retornando. Pouco depois, no mês de março, houve um desentendimento entre famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe e famílias Pataxó e estas decidiram se mudar da Naô Xohã, indo morar na aldeia Imbiruçu, no município de Carmésia. As casas e ocas onde moravam foram apropriadas pelas recém-chegadas famílias

Pataxó Hã-Hã-Hãe.

É notável como o grupo das famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe busca se afirmar etnicamente, marcar sua alteridade. Como vimos, esse processo é decorrência da necessidade de *desnaturalizar a mistura*, comum aos indígenas do Nordeste, por terem passado por processos de miscigenação e apagamento de suas tradições (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Tal fato pode ser notado devido ao uso das pinturas corporais e indumentárias típicas de seus antepassados; à insistência em manter as construções como ocas arredondadas; à prática do ritual de canto e dança chamado de “Awê”; ao uso de termos no idioma Patxohã; à produção de peças de artesanato para comercialização, dentre outros. A busca pela afirmação étnica dos Pataxó Hã-Hã-Hãe se mostrou ainda mais evidente após o rompimento da barragem em Brumadinho, já que parece ser importante marcar a alteridade e unidade do grupo para conquistar avanços nas negociações junto ao MPF e à Vale. Isso ajuda a explicar os desentendimentos com os demais grupos envolvidos, já que parecia não estar sendo interessante revelar a mistura étnica que prevaleceu de início na Naô Xohã.

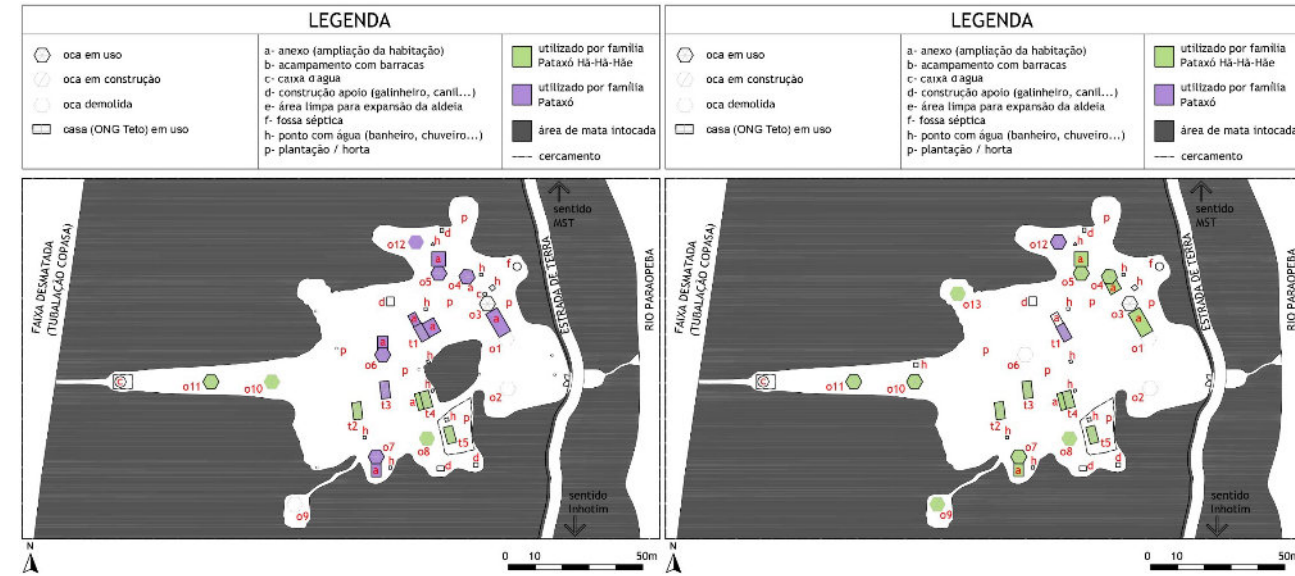
No mês de abril, em audiência junto a representantes da Vale no MPF, com presença de agentes da FUNAI, foi acordado o pagamento das indenizações[13] aos indígenas. Seguem as negociações para definir as ações de reparação integral que, por decisão do MPF, deverão ser custeadas pela mineradora. Os indígenas pedem a demarcação da terra, no entanto representantes da Vale colocam como empecilho o fato de existir um processo de reintegração de posse do terreno pela empresa proprietária, a mineradora MMX. Foi apontada a possibilidade de relocação dos indígenas para outro terreno,



Figura 8: Foto da Aldeia Naô Xohã em fevereiro de 2019. **Fonte:** Thiago Campos

Figura 9: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. **Fonte:** Thiago Campos.

Figura 10: Mapa com a configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Março de 2019. **Fonte:** Thiago Campos.



também às margens do rio Paraopeba, no entanto estes seguem demandando a demarcação do território que já ocupam.

Assim, a retomada enquanto invenção de uma nova aldeia tem se tornado, nesses poucos meses após o ocorrido, em algo diverso da autônoma e precária aldeia em construção. Sua política sócio-espacializada está sendo substituída por uma política institucionalizada – junto ao Estado e mesmo entre eles, usando agora CPFs para receberem indenizações. Disputado por uma série de entidades filantrópicas que querem chamar a aldeia de sua enquanto esta tiver projeção midiática junto a representantes de instituições que querem ajudar explorando a imagem da aldeia, a aldeia Naô Xohã luta agora para existir enquanto retomada, se isso for de interesse. Modificações certamente ocorrerão nos meses que se seguem, com o recebimento dos salários e demais compensações indenizatórias a serem recebidas. Está em aberto a possibilidade de consolidação da nova aldeia na RMBH.

Notas

1. Os autores gostariam de agradecer ao NPGAU / EAUFMG pelo apoio na produção da dissertação que serviu de base a este artigo, bem como nos deslocamentos até a aldeia; ao programa de extensão Morar Indígena pelo apoio em campo; e ao CNPQ pelo apoio via Edital MCTI/CNPq 01/2016 - Demanda Universal à pesquisa "Morar Indígena: Conflitos e aproximações entre a concepção idealizada e a vivência cotidiana na produção do espaço Indígena em Minas Gerais". O presente texto foi apresentado em julho de 2019 no evento 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL).
2. O grupo de extensão Morar Indígena está sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e tem como objetivo promover Projetos de Extensão, em parcerias com grupos não governamentais, comunidades locais ou o próprio Estado, para pensar o espaço indígena e sua especificidade a partir de suas próprias narrativas, com o intuito de gerar e aplicar tecnologia social e metodologias de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para a gestão territorial, construção de espaços coletivos e de habitação da população indígena.
3. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, ONG com sede na cidade de Belo Horizonte - MG. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais.
4. Pablo Matos Camargo é historiador, trabalhou junto ao CEDEFES e atualmente é Agente Indigenista da FUNAI – Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo e acompanha a situação dos indígenas na RMBH desde o início dos anos 2000. Entrevistamos Pablo em 23 de março de 2019.
5. Os principais pontos de venda de artesanato com presença indígena em Belo Horizonte são a Praça Sete de Setembro, uma praça bastante movimentada, marco zero do hipercentro da cidade, e a Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, conhecida popularmente por "Feira Hippie", que acontece todas as semanas, aos domingos, também na região central.
6. Na etapa chamada *qualificação*, um documento é encaminhado pela regional para a FUNAI sede em Brasília com os dados das famílias envolvidas e suas principais reivindicações. Essa é a etapa inicial para o processo de regulação fundiária e demarcação de uma Terra Indígena.
7. Companhia de Saneamento de Minas Gerais.
8. O Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que atua em apoio aos povos indígenas.

9. A ONG teve origem no Chile e atualmente atua também no Brasil. A intervenção proposta tem caráter assistencialista. Classificam os moradores da comunidade através de um questionário e elegem famílias para receber as casas. Em seguida, as famílias contempladas pagam uma taxa simbólica de R\$200,00. Por último, são realizados mutirões para construção das habitações. As casas devem seguir rigorosamente o padrão da ONG e são classificadas como temporárias por terem pouca durabilidade.

10. Dados divulgados pela defesa civil de Minas Gerais em 14 de abril de 2019 apontam que o número de mortos identificados chegou a 228, além de 49 ainda desaparecidos.

11. Segundo o site Wikipédia, a Agência Nacional de Águas (ANA) informou que a lama poluiu, pelo menos, 300 quilômetros de rios.

12. A aldeia Imbiruçu pertence à Terra Indígena Guarani, localizada no município de Carmésia, em Minas Gerais, a 200 quilômetros de Belo Horizonte e possui 23 famílias. Algumas dessas famílias possuem relação de parentesco com os Pataxó que estavam na Naô Xohã.

13. A indenização prevê que a Vale deverá pagar, durante 12 meses, o valor de 1 salário mínimo por adulto, ½ salário por adolescente e ¼ de salário por criança, além de uma cesta básica por núcleo familiar. Serão contempladas 46 famílias, num total de 153 indígenas, de acordo com listagem produzida pelos próprios indígenas. Na lista constam o nome, identidade, CPF e contas bancária daqueles que serão indenizados.

Referências

CAMARGO, Pablo; LIMA, Ana Paula Ferreira. Povos indígenas em Minas Gerais: quem são? *Cedefes*. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto 1.ed. 4ª reimpressão, p.41-51, 2016.

DE PAULA Luis Roberto. Afirmção de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação. *ARACÊ - Direitos Humanos em Revista*. Ano 4, n.5, fevereiro 2017.

FERREIRA, Vanessa Cardoso et al. *Índios na cidade: perfil sociodemográfico dos autodeclarados indígenas residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto 1.ed. 4ª reimpressão, p.147-166, 2016.

***Frederico Canuto** é Arquiteto e urbanista, Doutor em Poéticas da Modernidade, atualmente é professor Adjunto – Classe 02 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais no Departamento de Urbanismo e membro permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Tem como campo de pesquisa narrativas cujo objeto é o espaço e suas múltiplas epistemologias na contemporaneidade, a partir de diversos campos disciplinares envolvendo desde a arquitetura a antropologia, arte, geografia, literatura e filosofia. Atualmente é líder do grupo de pesquisa “Narrativas Topológicas. Email: fredcanuto@gmail.com

Thiago Barbosa de Campos é Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Entre 2008 e 2017 trabalhou no desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo. Em 2019 tornou-se mestre no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) com dissertação “Retomar a terra: como ser indígena na região metropolitana de Belo Horizonte”. Email: titocampostito@gmail.com